

SUMÁRIO

11-12 de caso no município de Santa Cruz do Sul"..... re-produção das relações de produção - Um estudo " A transformação da pequena produção a partir da FERRERIA, Sálote Beatriz e MIORIN, Vera M. Fávila

13-14 riodo de junho de 1979 a maio de 1982"..... genéticos dos epitélios de secas e enchentes no po- "As chuvas no Rio Grande do Sul e a explicação SILVA e BARROS SANTORI, Maria da Graça FRIEDEL, Elione de Fátima, VALMÉRAT, Maria M.

15-16 Período de 1960/1980 "Comportamento da estrutura fundiária na Miorin- LA BELLA, Regina Wehnert e MIORIN, Vera M. Fávila região Homogênea Colonial das Missões - MMH 323

17-18 Memórias de Casilda de Costa e SIMONDI, Antonio F. Guerreiro "A ocupação das encostas de Serra Geral junto à BR - 158, estrada do Pinhal Velho e Via Férrea - (Santa Maria - Porto Alegre)

A TRANSFORMAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO A PARTIR DA
 RE-PRODUÇÃO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO
 Um Estudo de Caso no Município de
 Santa Cruz do Sul

*SALETE BEATRIZ FERREIRA
 **VERA MARIA FAVILA MIORIN

INTRODUÇÃO

No último quartel do século XIX, o estudo sobre o sistema econômico capitalista, constatou a ocorrência de problemas relativos à questão das relações de produção e de sua reprodução. Isto foi percebido, quando o aspecto das relações sociais suplantou o dos meios de produção, criando o momento em que os resultados da história passaram a ser dominados pelo modo de produção, integrando a si os chamados "subsistemas", estabelecidos antes do capitalismo como: a ciência, o campo, a cidade, o comércio e a agricultura. Eles não são livres de contradições, isto é, visíveis na análise do espaço que, por sua vez, abre caminhos para a revelação das contradições conflituais.

É no espaço que se realiza a produção e a re-produção¹ das relações de produção. Nele, ocorrem também, grandes contradições independentes da temporalidade (tempo histórico).

* Geógrafa pela UFSM (Santa Maria/RS).

** Orientadora - Departamento de Geociências (UFSM - Santa Maria/RS).

(1) Re-produção - entendida como a repetição pura e simples de uma ação; ato de fazer de novo; retomar a ação. (MIORIN).

A análise da re-produção das relações de produção, deve ser inserida no conhecimento do nascer do modo de produção capitalista e de seu modo de agir.

A prática de uma atividade produtiva segundo o sistema capitalista, em Santa Cruz do Sul, apresenta dois momentos: no primeiro, as relações se realizaram a partir de um centro localizado fora do país, determinando a fase da exportação do principal produto da colônia - o fumo - na sua forma bruta, e da importação nacional de cigarros e charutos; no segundo, o capital criou condições para que as unidades beneficiadoras se instalassem junto às áreas de produção de matéria-prima. Nesta época, muitas áreas periféricas foram anexadas ao capital, realizando a re-produção de novas relações, transformando, reproduzindo e anexando espaços.

No início do século XX, a presença das fumageiras definiu e controlou a qualidade do fumo. Nas décadas posteriores, cresceram outros ramos da produção, até ocorrer a subordinação do produto agrícola à empresa industrial capitalista, com re-produção das relações entre a unidade de produção industrial capitalista e a pequena propriedade agrícola. Estas relações desencadearam crises econômicas na pequena unidade de produção agrícola.

Diante dos problemas que surgiram, ameaçando o sistema na crise estabelecida pelo setor produtivo de matérias-primas, as unidades beneficiadoras apenas mudaram a forma de exercer sua práxis. Contornando a situação, elas propiciaram, ao produtor, acesso a novas tecnologias e permitiram maiores ganhos. Continuaram, porém, subordinando a unidade de produção agrícola.

Este tipo de atitude das unidades beneficiadoras, representantes das indústrias capitalistas na área é verificado a nível de sistema capitalista nacional e traduz a manifestação do sistema em áreas de domínio do capital industrial.

Neste contexto surgem as indagações:

- o que mudou para o agricultor durante a evolução do processo?

Para responder é preciso conhecer o verdadeiro pro-

cesso das relações de produção da pequena propriedade do município de Santa Cruz do Sul.

- Terá ele condições de manter sua propriedade e sua produção sob este novo sistema?

Isto significa identificar os conceitos e categorias inerentes ao processo capitalista, determinado pela re-produção das relações de produção, onde as transformações ocorridas no espaço, nada mais são que a re-produção das relações já existentes no objeto ou incorporadas a ele.

AS TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO MUNICÍPIO

A identificação das relações de produção na pequena produção do município de Santa Cruz do Sul, utilizou o método dialético e o trabalho de campo através de entrevistas, questionários, tabulação dos dados e análise das respostas obtidas.

A investigação a respeito das transformações das relações de produção, possibilitou o reconhecimento das categorias que atuam no processo da pequena produção do município de Santa Cruz do Sul e, a partir delas, determinou as transformações que ocorreram no espaço.

A história do município está ligada a produção do fumo. A aceleração do crescimento municipal, ocorreu no momento em que iniciaram os incentivos à maior produção e comercialização deste produto. Isto fez com que, a maioria dos agricultores, mantivessem suas atividades ligadas a cultura do fumo e a comercialização com as indústrias fumageiras.

As entrevistas realizadas permitiram observar as seguintes características:

- quanto ao estado civil dos agricultores entrevistados, os casados correspondem a 92,5% e assumem posição de chefes de família. Estes dados de faixa etária e estado civil, revelaram a posição hierárquica dos produtores entrevistados, entre as pessoas que residem na propriedade. A

maioria destes agricultores têm idade entre 51 e 60 anos, perfazendo 32,5% do total.

Os entrevistados são chefes de família, líderes dos trabalhos em suas propriedades e tomam todas as decisões na realização dos negócios (comercialização, investimentos, etc.). São produtores com certa experiência, a maioria deles com idade acima de quarenta anos e sempre trabalharam na lavoura.

- De acordo com a história do município, as primeiras gerações de produtores rurais de Santa Cruz do Sul, correspondem a uma das características da família germânica, isto é, o elevado número de descendentes. Contudo, os dados tabulados revelaram um número menor de integrantes que atualmente predomina nas famílias, oscilando entre 4 e 5 pessoas. Esta situação foi observada em 30% dos casos. Isto não quer dizer que nas últimas gerações, as famílias numerosas tenham sido extintas, mas que hoje tornaram-se significativamente menores em relação ao total das famílias existentes.

Embora a maioria das famílias esteja composta por poucos integrantes, grande parte dos produtores entrevistados, possuem filhos adultos que já saíram da propriedade para se estabelecerem em outros lugares. Os principais fatores apontados como justificativa para a saída dos membros da família, são a impossibilidade de divisão da pequena propriedade e as crescentes dificuldades para começarem a vida como agricultores e nela sobreviverem. Ficam na propriedade os descendentes que a herdarão ou aqueles que desejarem continuar agricultores. Deste modo, a questão do número de membros na família é encoberta, trazendo implícitos os primeiros sinais de êxodo rural por pressão econômica e de problemas relativos ao tamanho das propriedades.

Pelos resultados obtidos no item sobre posição sócio-cultural, é baixo o grau de escolaridade dos entrevistados, pois 62,5% não completaram o primeiro grau e 92,5% não frequentaram curso de técnicas agrícolas. Sendo

assim, não são enfatizados a atualização e os conhecimentos técnicos. Esta constatação demonstra a entropia nos conhecimentos, os primitivos métodos de técnicas de cultivo são ainda transmitidos de pai para filho. A produtividade, a qualidade do produto e as técnicas de produção ficam prejudicadas ao não acompanharem e nem assimilarem tecnologias mais atualizadas, fruto da pesquisa transmitida através do ensino, leituras e programas específicos.

Contudo, alguns dados sobre hábitos e lazer revelaram que 70% procuram ouvir rádio e 42,5% assistem televisão. O fato de estarem habituados a receber informações através destes veículos de comunicação de massa, talvez compense parte da falta de conhecimentos técnicos. Ainda assim, é difícil avaliar até que ponto as informações, recebidas através do rádio e da televisão, acrescentaram dados significativos no conhecimento técnico destes agricultores. Eles não declararam na entrevista o tipo de programa que estão habituados a assistir.

Outros hábitos, em 62,5% dos casos, são difundidos por tradição entre agricultores. Os mais comuns são jogos e conversas com os amigos nas vendas. Além disso, deve-se considerar que para eles, jogos de diversão e as conversas com amigos nas vendas são muito comuns e importantes. Isto significa que as informações que trocam durante estas atividades estão inseridas nos conhecimentos já adquiridos pelas gerações anteriores, vindo a confirmar a entropia de um quadro cultural que pouco se altera.

A análise dos dados sobre o hábito de frequentar reuniões, serviu para mostrar o grau de participação destes agricultores em sua representação de classe. Somente 12,5% dos entrevistados participam de reuniões entre 87,5% sindicalizados. Isto pode expressar uma falta de conscientização como classe trabalhista, podendo, por outro lado, significar que não há interesse em despertar nos agricultores o espírito de união e a luta de classe. A participação destes produtores em cargos de diretoria das associações é de 7,5%.

Muitos produtores se manifestaram preocupados com a falta de liderança capaz de levar adiante as reivindicações

cações. Estes anseios também foram sentidos e expressados no jornal Gazeta do Sul (1986):

"Observando-se a regulamentação dos sindicatos rurais, verifica-se que esta partiu da iniciativa estatal e não das organizações privadas. Desta forma a maior parte dos êxitos obtidos pelos agricultores não derivam de suas reivindicações, mas sim de favores governamentais. Atualmente, os sindicatos ainda dependem destes favores para sua atuação.

Da mesma forma seus líderes precisam manter contatos com o Governo e agir de acordo com ele. Os que tentam lutar contra toda uma estrutura construída ao longo desses 21 anos, são tirados da própria luta."

A participação da maioria como simples integrantes nas associações, demonstra uma dependência das lideranças que estão nas diretorias e quando elas não assumem as lutas ao lado dos agricultores, deixam-nos sem perspectivas.

É muito importante neste tipo de investigação saber a condição da propriedade da terra, ou seja, a área total da propriedade, a utilização da mesma para exploração econômica, para moradia e para cultivos de subsistência. Estes dados fornecem os elementos capazes de elucidar a estrutura fundiária, isto é, se estes pequenos produtores estão em área de minifúndio e se possuem alguma tradição de trabalhar a terra. Questões dessa ordem são essenciais para a visão das relações sociais.

A zona rural de Santa Cruz do Sul tem sua formação tipificada pelas pequenas propriedades, que já em 1849, possuíam em média 77ha.

O tamanho das propriedades amostradas hoje varia de 0,5 a 42ha (esta última explorada por cinco famílias), sendo que, a metade delas, têm área total entre 11 a 20ha. Isto demonstra que em 136 anos as propriedades, em relação a seu tamanho original, tiveram suas áreas diminuídas de 4 a 7 vezes.

As propriedades entrevistadas apresentam mais da metade de sua área cultivada. Destas, 52,5% utilizam de 6 a 10ha para cultivo.

A área ocupada com moradia e benfeitorias está entre 1 e 1,5ha para 75% das propriedades.

Os dados sobre a condição da propriedade da terra,

revelam a redução do tamanho das propriedades com relação ao que era originalmente. No decorrer de três gerações as terras foram excessivamente parceladas. A utilização das propriedades é intensiva, tanto com cultivos de subsistência, como comerciais. Isto possibilita determinar as propriedades, como sendo de pequena produção de uso intensivo. A área ocupada com moradia e benfeitorias, também está ligada à produção do fumo. Nela, além da casa, dos poteiros e galpões, estão os fornos para secagem do fumo e um grande espaço reservado à lenha utilizada nos mesmos.

A exploração econômica das propriedades amostradas pode ser classificada como elevada, pois todas têm mais de 60% de sua área total explorada. Em 40% dos casos a área de utilização econômica perfaz mais de 90% da área total. Há propriedades (12,5%) que ultrapassam o máximo de sua capacidade normal para exploração das atividades. Deste modo, as terras estão sendo intensivamente exploradas, levando as reservas do solo ao esgotamento. Ao que tudo indica, existe uma tendência a que isto ocorra em todas as pequenas propriedades, devido a necessidade em aumentar a produtividade e os ganhos. A existência de pequenas áreas improdutivas com solo pobre e ocupando parcelas das propriedades, já é uma constatação alarmante entre os produtores.

As propriedades que exploram entre 6 a 10ha com cultivos, atingem 52,5% do total e as que exploram entre 0,5 a 2ha com pecuária perfazem 82,5%. Os produtos cultivados para comércio são basicamente o fumo e o milho e, em posição secundária, o feijão, a mandioca e a soja.

Destaca-se, pela sua importância na economia do Município, a produção do fumo, na qual o agricultor deposita todos os esforços em sua maior rentabilidade. A cultura do fumo ocorre em quase 80% das propriedades analisadas, assumindo o milho, cuja produção destina-se ao comércio, um espaço em torno de 22% da área das propriedades. A área destinada ao cultivo do fumo corresponde a uma dimensão de 2 a 6ha, com a maior concentração da produção desta cultura na dimensão de 4ha.

Entre os que cultivam o milho, 55% realizam a cul-

tura em área de 2ha e 44,4% em área entre 3 e 7ha.

Alguns dos agricultores entrevistados comercializam hortigranjeiros, numa proporção que corresponde a 20% do total, porém, a dimensão de área destinada para esta finalidade não foi mencionada. Eles têm suas propriedades localizadas no distrito sede, relativamente próximas a cidade, o que facilita a comercialização de seus produtos e garante o abastecimento das feiras-livres e dos mercados nos bairros. Suas propriedades, sendo muito pequenas, não comportam o cultivo do fumo, ou alguns deles, por não terem tradição nesta cultura, preferem não introduzi-lo em suas terras.

Com a necessidade de aumentar a área cultivada ou de extrair madeira para fornos, diminui o espaço da mata nativa. O reflorestamento substitui esta mata, mas não tem sido suficiente para suprir as necessidades de madeira, o que força o agricultor a compra de lenha. No entanto, esta compra já está comprometendo o orçamento familiar. Eles fazem a seguinte comparação: em 1984, com 15Kg de fumo os agricultores compravam 5m³ de madeira para os fornos e, em 1985, os mesmos 15Kg compravam apenas 2,5m³. Além disso, a área de reflorestamento que predomina em 55% das propriedades está entre 6 e 10ha.

Todos os entrevistados possuem cultivos de subsistência (batata, feijão, mandioca). A área destinada para eles é de 0,5ha em 30% dos casos e em segundo lugar, 25% das propriedades têm cultivo de subsistência em área de 1ha. Estas dimensões são comprovadamente pequenas para os agricultores, pois necessitam adquirir os produtos básicos que deveriam ser cultivados nas propriedades se a área destinada aos mesmos fosse maior. Há muitas décadas, os produtores de Santa Cruz do Sul vêm reduzindo a área de produção dos cultivos de subsistência, para dar lugar aos produtos de comercialização. Esta atitude é provocada pela falta de conhecimentos técnicos que conduzem a exploração racional da pequena propriedade, evitando esgotar o solo, extrair o que sobra da mata nativa e diminuir a área para cultivo de subsistência.

As criações são exploradas em áreas entre 0,5

e 5ha, predominando as áreas de 1ha em 37,5% dos casos e de 2ha em 25%. Estes agricultores se preocupam em produzir para consumo próprio o leite e seus derivados, os derivados da carne suína e de outros animais, com uma pecuária de subsistência. Completa-se, deste modo, a exploração da terra, o que evidencia a inexistência de área ociosa. Os proprietários possuem a tradição de trabalhar a terra que, sendo de pequena dimensão, deve ser utilizada de modo intensivo e produzir ao máximo o sustento da família.

O acesso à terra, em 42,5% dos casos, ocorreu através da mescla entre herança e compra, 32,5% somente através da compra e apenas 20% por herança. No entanto, não se sabe a quanto tempo e sob que condições foram realizadas estas compras. Elas se efetuaram, preferencialmente, no local onde os produtores já estavam instalados.

Estes dados apontam uma provável tendência a concentração da propriedade da terra. Os agricultores procuram adquirir terras em áreas onde estão cultivando, pois 100% deles não possuem propriedades noutro local, mas desejam aumentar a extensão de sua propriedade.

O problema dos agricultores, na atualidade, é a quase impossibilidade em adquirir um pedaço de terra.

O maior apoio para se tentar uma explicação desta situação está na história do Município. A transformação do espaço devido ao parcelamento das propriedades se acentuou em 1860 com o aumento populacional ocorrido na época, predominando a aquisição de terras por herança, para solucionar um problema de crescimento demográfico acelerado. A partir de 1862, quando o fumo se tornou o produto mais importante, promotor do progresso agrícola, ocorreu, como consequência natural de um alto poder aquisitivo, a euforia em vender e comprar terras. Esta situação favorável durou várias décadas até início dos anos 60, quando ocorreu a crise da comercialização do fumo. Esta crise coincide com a entrada definitiva do capital estrangeiro e instalação de grandes indústrias no setor fumageiro de Santa Cruz do Sul. Os agricultores passaram a investir na produção e chegaram à situação que permanece até os dias

atuais, trabalhando intensivamente o pedaço de terra que possuem, para pagar compromissos bancários e manter a família.

É possível deduzir que a tendência à concentração da terra, indicada pelos resultados, é aparente, pois a história revela que os agricultores diminuíram a compra de terras pelo menos a 25 anos. Um agricultor, atualmente, precisa extrair o máximo de sua propriedade para sobreviver e não apresenta condições financeiras satisfatórias a permitir compra de mais terras. É um produtor que planta para produzir sua vida animal.

A partilha ou não da propriedade entre os membros da família é uma grande dúvida entre os produtores pois 40% deles estão indecisos quanto a divisão da terra. A insegurança do produtor é o reflexo do tamanho diminuto da propriedade, a qual é intensivamente explorada para garantir a sobrevivência de seu proprietário.

O quadro apresentado, reflete a insegurança do agricultor em dividir ou não sua propriedade entre os membros da família. Parcelar propriedades de pequenas dimensões e em fase de esgotamento do solo, vai além de um simples desafio em tentar sobreviver no meio rural. O homem que trabalha a terra não quer um futuro de fome e de dificuldades para seus filhos. Isto ele próprio sofre atualmente. Surgem grandes dúvidas nestes pequenos produtores, pois em sua simplicidade ou falta de conhecimento, ainda não vislumbram uma solução.

A maioria dos entrevistados (95%) não têm outra ocupação além da agricultura e 87,5% nunca conheceu outra atividade. Estes dados estão intimamente relacionados com a idade avançada e com o baixo grau de instrução predominantes. Eles revelam existência de insegurança nos agricultores que se consideram velhos, ou intelectualmente incapazes a exercerem alguma atividade além da agricultura.

Grande parte destes agricultores nasceram no meio rural. Tornaram-se herdeiros das propriedades de pequena produção, onde trabalhavam como mão-de-obra familiar. Atualmente são proprietários do pedaço de terra que lhes coube, ao qual, algumas décadas atrás, somaram alguns hec-

tares através da compra. Estes produtores têm como única atividade, até o momento, a agricultura. Tal situação mascara a realidade, pois os próprios agricultores apontam como motivo de não exercerem outra atividade, a idade avançada e o baixo grau de escolaridade. Tal situação mostra, que a atividade agrícola é incapaz de fornecer condições ao produtor viver com dignidade, sem necessitar ganhos noutra setor.

A investigação teve a análise do item tipo de criação comercializada prejudicada, pois 47,5% dos produtores omitiram a resposta. Entre os que responderam esta questão, 45% disseram possuir gado leiteiro, 15% suínos para carne, outros 12,5% suínos para banha e 7,5% aves para a produção de ovos.

Os agricultores reservam uma pequena parte de suas propriedades para a criação. Contudo, diante dos resultados obtidos, esta criação visa, basicamente, a subsistência. Não se registrou qualquer dado de uma possível exploração para comércio de leite, carne e ovos. As propriedades possuem mais da metade de suas áreas ocupadas com cultivos e reflorestamento, dificultando a viabilidade de uma pecuária específica para comércio, sem que se adotem técnicas mais avançadas. Este fato é mais uma das profundas transformações ocorridas na ocupação do espaço nesta área. No passado, até 1859, antes do cultivo do fumo se tornar a base da atividade agrícola, produtos como manteiga, leite, banha e ovos, alcançaram importância no comércio regional. Hoje, a criação foi deixada de lado, regredindo até os níveis atuais.

A comercialização da produção, em 80% dos casos, é realizada com a indústria, sendo a Cooperativa Agrícola Soledade responsável por 37,5% das transações comerciais. Os produtos comercializados no âmbito local perfazem 32,5% dos casos, enquanto 27,5% dos entrevistados preferem outros mercados. O maior compromisso, porém, é o de suprir as indústrias com matéria-prima. Este objetivo é concentrador da força de trabalho na viabilização da comercialização.

Diante desta situação, os produtores exploram ao

máximo sua terra para obter o excedente de lucro frente a uma comercialização previamente determinada com a cooperativa, com o comércio local e principalmente com a indústria. A relação comercial que o produtor mantém com a indústria é direta e, para manter este nível de comércio, ele procura maior produtividade através do emprego de capital, obtido na própria comercialização dos principais produtos de aceitação.

É importante salientar que entre os outros tipos de comercialização, em 81,8% dos casos, a transação comercial do produto é realizada com algum frigorífico, devido ao volume da produção de suínos na área. Deste modo, o frigorífico passou a ser mais uma opção para a comercialização àqueles produtores que praticam o criatório de suínos para carne e/ou banha. Apesar desta comercialização com frigoríficos, a indústria do fumo é a de maior importância comercial. Os resultados da negociação com esta indústria influem decisivamente na vida do produtor.

Dos que mantém relação comercial com a indústria, 60,6% recebem auxílio na comercialização. Este auxílio, que os produtores afirmam receber, é o compromisso da indústria em comprar toda a produção. É interessante salientar que este "compromisso" é verbal. Em 33,3% dos casos, o auxílio dado pela indústria atinge a produção através da assistência técnica e da comercialização. Entretanto, há casos (9,1%) em que a indústria não fornece auxílio.

Entre as formas de assistência técnica está a escolha de sementes. No entanto, continua uma acentuada carência no que se refere a assistência permanente em todas as fases da produção.

O tipo de comércio consumidor local, onde é realizada a comercialização de hortigranjeiros, é a feira-livre da cidade que predomina em 53,8% dos casos estudados.

A cooperativa onde os produtores rurais estão associados, apenas compra a produção e armazena, exercendo, também, uma função intermediária entre os fornecedores de sementes e agricultores. Neste setor os produtores estão constatando uma exploração do seu trabalho.

Os ganhos obtidos na comercialização não satisfazem a 57,5% dos entrevistados. Entre outros motivos de insatisfação, eles afirmam que não conseguem acumular o suficiente para melhorar as condições da propriedade ou para comprar mais um pedaço de terra e aumentar a produção da lavoura.

Isto significa que o esforço em produzir mais nas pequenas propriedades, não é compensado com preços finais do produto. A indústria é responsável pela absorção da maioria da produção e nesta comercialização, os produtores procuram alcançar melhores preços. Os motivos para ocorrer a insatisfação com os ganhos são variados. Eles convergem para a seguinte situação: os agricultores almejam melhorar as condições de vida, mas não conseguem sair da situação de trabalhar apenas para sobreviver. Segundo alguns, "não se faz outra coisa a vida inteira além de sustentar a família". Outro diz que "gostaria que os ganhos fossem maiores para dar mais conforto à família, mas a vida na colônia é difícil e a gente quer ter a chance de melhorar um pouco e educar os filhos". Há aqueles que estão insatisfeitos porque não podem fazer reformas na propriedade.

Entre os produtores satisfeitos, os motivos não são muito claros, dizem apenas que "é o suficiente para manter a família e a propriedade" ou que "dá para as despesas normais e para sobreviver". Eles não têm esperanças de um futuro melhor e talvez já estejam conformados com a situação.

Na totalidade dos casos existe a participação da família como mão-de-obra, isto é típico da produção do fumo na pequena propriedade. A família participa principalmente na produção, na comercialização e nos lucros. Para estes produtores é imprescindível dispor da mão-de-obra familiar. Eles não têm condições de contratar e manter trabalhadores assalariados, porque a propriedade é muito pequena e os ganhos são insuficientes.

A participação da família na comercialização da produção se dá em 80% dos casos, através das negociações que o chefe da família e seus descendentes (os mais ve-

lhos) fazem com a indústria do fumo, com a cooperativa ou com o frigorífico. Muitos produtores querem transmitir aos filhos a maneira de negociar os produtos.

A família participa do lucro da comercialização em 92,5% dos casos. Os produtores interpretam esta participação como sendo a compra do mínimo necessário para a sobrevivência da família. No caso de sobrar algum dinheiro, é gasto em entretenimento. No entanto, a margem de lucro não é alta e, segundo estes agricultores, está cada vez mais defasada.

O alto custo da produção faz com que a maioria dos produtores (95%) recorram ao financiamento bancário, que predomina em 80% dos casos. Apenas alguns (12,5%) podem se valer de recursos próprios para realizar a produção. No entanto, para a maioria deles, o investimento não traz vantagens. Eles necessitam de toda a mão-de-obra familiar para produzir, recorrendo ao investimento bancário para cobrir os custos da produção e tentar viver com o pequeno lucro da comercialização. Todo este processo descapitaliza o pequeno agricultor.

São poucos os produtores que utilizam recursos próprios na produção. É comum neles, o receio de depender do banco como seus vizinhos. Alguns, declaram que apesar de continuarem numa situação mais modesta, não precisam ficar "pendurados".

De uma maneira geral, os produtores investem para continuar produzindo, pois não há outra maneira de enfrentar o alto custo da produção.

Antes da crise na comercialização do fumo e da instalação das indústrias fumageiras de capital estrangeiro, menos da metade dos entrevistados investia na produção. A partir da década de 60, a maioria passou a efetuar investimentos utilizando, principalmente, capital bancário. Esta data coincide com o período em que as indústrias exigiam a utilização de sementes selecionadas e insumos para desenvolver a produtividade. Hoje, invertem-se as prioridades dos agricultores e eles não conseguem colocar as melhorias da unidade produtiva em primeiro plano. Para garantir a qualidade e a produtividade do fumo, tornou-se

necessário comprar adubos, corretivos, herbicidas, fungicidas, mudas e sementes selecionadas. O preço destes insumos é cada vez mais alto, em relação ao excedente obtido por comercialização da produção.

Os preços finais pagos pelas fumageiras, após a classificação, sempre foram muito baixos. Do total obtido, a maior parcela se destina a saldar a dívida bancária de altos juros. Diante de tal situação, os agricultores alegam que o investimento na produção não traz vantagens. Eles foram forçados, pelas circunstâncias, a fazerem sua opção: investir e tornarem-se dependentes do sistema financeiro bancário e das decisões das fumageiras ou não investir e resistir, correndo o risco de abandonarem a única atividade que sabem praticar.

Para 60% dos entrevistados, o investimento na produção não traz vantagens. Eles apontam como principal problema os juros bancários que estão cada vez mais altos. Segundo estes produtores, os preços obtidos pelo produto são baixos e a margem de lucro deve permitir, ao mesmo tempo, sua sobrevivência e o pagamento dos compromissos bancários. Diante desta situação, ele pergunta a si próprio como e quando conseguirá melhorar as condições de sua propriedade para viver e produzir mais?

Ficam evidentes as razões do custo da produção terem sido apontadas, pela maioria dos entrevistados, como a maior dificuldade encontrada no atual sistema de produção e de comercialização. O presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA) declarou ao jornal Gazeta do Sul (1984):

"... os elevados juros agrícolas absorvem grande parte do rendimento auferido pelo agricultor."

Ele exemplificou e citou anos anteriores, quando o juro agrícola representava um item insignificante na composição dos custos da produção do fumo. Atualmente, ocupa o segundo lugar na ordem de importância. Outro problema colocado é a falta de condições para compra de terras.

A indústria fumageira se instalou definitivamente no início da década de 60. No entanto, 42,5% destes produtores já investiam na produção no final da década de 50.

Entre 1960 e 1980, 45% dos entrevistados passaram a recorrer ao financiamento. Em ordem de prioridade, os investimentos são destinados ao preparo da terra, ao trato da lavoura, à compra de sementes e alguma melhoria na produção. A falta de investimentos na unidade de produção ocorre em 55% dos casos.

Quanto as dificuldades encontradas no atual sistema de produção e comercialização, 67,5% dos produtores afirmam que suas dificuldades estão no custo da produção. Os produtores queixam-se que, com os preços pagos pelas indústrias, torna-se cada vez mais difícil a sobrevivência na unidade produtiva. Apenas 27,5% dos produtores declaram não possuir dificuldades para produzir ou comercializar a produção. Os problemas apontados confirmam a grande insatisfação dos produtores com os ganhos obtidos na comercialização que obrigam-nos a novos financiamentos bancários. Os custos com a produção aumentam e a sobrevivência fica cada vez mais difícil.

São poucos os produtores que não têm dificuldades para comercializar ou produzir. Entre eles, estão os conformados com a atual situação e convencidos de que não há possibilidades de modificá-la e aqueles que são beneficiados por alguma fumageira. Eles criam uma boa imagem em torno de si, atraindo agricultores das redondezas para que se comprometam a vender a sua produção a esta ou aquela indústria. Muitos acreditam, na ilusão de ótimos preços e melhores condições de vida, a exemplo de seus vizinhos bem sucedidos.

A respeito do item sobre mudanças, na opinião de 50% dos entrevistados, elas deverão ocorrer na atual política agrícola, determinando alterações no sistema de financiamento, de modo a diminuir os custos de produção. As opiniões variaram em 32,5% dos casos. Alguns, desejam facilidades no acesso à terra e outros, reivindicam mudança total em favor do agricultor, para que seja consultado sobre assuntos que lhe dizem respeito. Esta questão não foi respondida por 17,5% dos produtores. Eles encontraram dificuldade em opinar.

A maioria dos produtores querem mudanças na atual

política agrícola nacional. O agricultor não suporta mais exaurir suas forças para saldar os pesados compromissos bancários e, no final, sobrar apenas os calos nas mãos. A família fica sem perspectivas alvissareiras para o futuro. Eles querem participar ativamente nas mudanças, através de opiniões; afinal "é o agricultor que sabe da vida no campo". Segundo um dos produtores: "o Governo deve dar todas as vantagens p'ro agricultor produzir barato e não precisar abandonar a lavoura."

Os entrevistados acreditam na necessidade do produtor em participar das negociações do preço do fumo e receber maior assistência técnica aplicada a melhoria da produtividade e qualidade do produto, influenciando na classificação e pagamento da produção. Sobre isto, um agricultor declarou: "tem que melhorar a assistência técnica. A indústria exige umas modificações que nem sempre a gente pode fazer e aí se perde dinheiro na classificação."

Os produtores têm opinião de que a Cooperativa não cumpre seu papel, devendo melhorar e fornecer assistência técnica, médica e social.

Há os que acreditam que a solução está na modificação da legislação: "pois a lei precisa dar direitos melhores p'ra todos os agricultores na hora de discutir o preço do fumo com a indústria".

Estes agricultores, basicamente, buscam justiça e equilíbrio nas negociações para adquirir a sonhada melhoria das condições de vida e de propriedade. Muitos acreditam que não terão condições de se manterem, caso permaneça inalterada a atual situação.

Existe uma demonstração de total insegurança, em relação ao futuro de seus descendentes frente a atual situação e em função disso, várias orientações são dadas:

- continuar o mesmo sistema de produção adotado até aqui pelos avós e pelos pais (22% dos casos);
- orientar seus descendentes para que fiquem na propriedade, produzindo pelo sistema que acharem melhor (20%);
- deixar livre a escolha sobre o futuro (15%);

- não desejam que seus filhos continuem como agricultores (15%);
- não sabem o que e como orientar os filhos (17,5%);
- desejam que os descendentes estudem mais para saírem da lavoura ou para não sofrerem enganos nos negócios (7,5%).

Frente ao quadro apresentado, o futuro dos descendentes destes agricultores é totalmente incerto. É difícil para eles dar orientação aos filhos. A maioria deseja que os jovens continuem trabalhando na lavoura, mas possuem dúvidas quanto a prosseguirem, devido a exploração pela indústria. As condições para os que ficam no meio rural são desanimadoras, as terras são de pequena dimensão, o custo da produção é alto e os ganhos obrigam a recorrer aos bancos, sob a ação de juros não compatíveis com a realidade econômica do agricultor. O lucro quase não existe e "os problemas com a lavoura não seguram o homem no campo. A colônia está esquecida". Muitos produtores, procuram conscientizar os descendentes de que a decisão é difícil. Permanecer na lavoura significa trabalhar muito e adquirir pouco. Por outro lado, mudar para a cidade, sem estudar, poderá colocá-los na mesma situação.

Apesar das dificuldades que enfrentam na propriedade, 90% dos produtores não pensam em mudar de ramo de negócio. Destes, a maioria (33,3%) alega problema de idade avançada e 30% não sabem fazer outra coisa. Os 10% que pretendem mudar, querem fazê-lo porque no campo suas vidas e de suas famílias, se tornaram insuportáveis e o futuro na cidade pode não ser tão promissor.

A maioria não exerce outra atividade além da agricultura. A faixa etária em que se encontram, dificulta a assimilação de outro tipo de trabalho e, por outro lado, os cultivos absorvem todo o tempo. Segundo um dos entrevistados: "quem se cria como agricultor pode se dar mal noutra atividade". Neste argumento está implícito o grande receio em tentando outra atividade, encontrarem piores condições de vida.

Alguns não mudam de atividade, porque "estão bem

assim". Isto pode significar a aceitação de uma situação particularmente favorável, pois são os mesmos produtores que afirmam não terem dificuldades no atual sistema de produção e de comercialização. Eles preferem não opinar sobre a política agrícola nacional.

Todos os entrevistados são integrantes de alguma associação. No entanto, estes produtores demonstram incerteza quanto aos benefícios que estas oferecem. Segundo os resultados obtidos, a assistência técnica é fornecida pela EMATER em 25% dos casos. A assistência médico-hospitalar, em 37,5% dos casos é fornecida pelo FUNRURAL e, em 32,5%, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul.

Apenas 5% já recebeu assistência financeira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e 7,5% dos produtores sabem que têm direito a receber assistência jurídica deste Sindicato.

A orientação na comercialização é feita pelo Sindicato em 47,5% dos casos, pela Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA) em 35% e pela Cooperativa Agrícola Soledade em 32,5%. A Associação dos Feirantes orienta a comercialização de 5% dos entrevistados, apesar de que 17,5% deles estão associados.

A compra da produção é realizada pela Cooperativa em 32,5% dos casos, sendo este percentual igual ao número de agricultores associados.

Quanto ao seguro, 50% dos produtores recebem da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), e a orientação política é inexistente para a totalidade dos entrevistados, sendo que muitos acrescentam: "os políticos só lembram do pequeno produtor no período de eleições".

A carência de qualquer tipo de assistência é comprovada pelos baixos percentuais de benefícios oferecidos pelas associações de que os mesmos fazem parte.

O agricultor está vinculado a várias associações, pagando-as devidamente. No momento de desfrutar os benefícios, ele se sente inseguro em fazê-lo, pois na maioria das vezes, terá que pagar novamente para ser assistido.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais foge da fun-

ção de defesa da classe. Ele não se organiza para encaminhar as reivindicações, impedindo assim, a valorização do pequeno agricultor.

Da mesma forma, a Cooperativa que deveria ser um empreendimento comum dos agricultores, segundo FLEURY (1983):

"... se tornou um empreendimento econômico capaz de realizar a expropriação sem entretanto destruí-lo. A cooperativa pode se constituir em um eficiente instrumento de subordinação de agricultores camponeses ao capital."

O agricultor internaliza uma revolta, ao ver que seus representantes no sindicato são impotentes para, no mínimo, retribuírem algum benefício aos associados que pagam mensalmente. Demonstra, claramente, seu descrédito nos líderes políticos. Dizem que somente em período eleitoral, quando buscam votos, estes são presentes no meio rural.

Desta conscientização, de que não podem apoiar-se em líderes sindicais na solução dos problemas, nasce um espírito de união entre os agricultores que os conduzem, numa primeira fase, a uma luta por melhores preços na classificação do fumo. Não sabem por quanto tempo poderão suportar as atuais condições de negociação e percebem, claramente, a exploração de seu trabalho pelas indústrias. Há um anseio destes agricultores por mudanças que fixem os jovens na atividade agrícola. Mudanças que amenizem os altos custos na produção, permitindo-lhes melhoria nas condições de vida.

Um agricultor traz implícito em suas palavras, a verdadeira situação do setor rural de Santa Cruz do Sul: "A gente vê que a indústria que compra nosso fumo cresce, que a cidade cresce e fica bonita. Só que o agricultor que planta, colhe e vende o fumo, não consegue melhorar. Mal e mal consegue ficar na mesma. Por causa disso o colono desiste de plantar e vai p'rá cidade continuar a ser pobre. O Governo não pode continuar tão custoso para ajudar o colono a ficar na sua lavoura".

O resultado das entrevistas com uma parcela dos agricultores de Santa Cruz do Sul, revelou transformações

nas relações de produção. A instalação da indústria capitalista, no exercício de sua práxis, subordinou a unidade de produção ao capital. Ela forçou a intensividade da produção nas propriedades de pequena dimensão e difundiu a valorização econômica do trabalho familiar sobre os meios de produção. Enquanto ao capital, caberiam as condições necessárias para realizar a re-produção das relações de produção, através de mecanismos como o financiamento, a determinação dos preços e a época de comercialização do produto.

Quando o centro de um processo situa-se fora e independe de suas decisões internas, fica difícil controlar sua dinâmica, ocorrendo em vez de uma reprodução, apenas sua re-produção. A reprodução que o processo deveria gerar, situa-se em um centro externo e alimenta as categorias (subsistemas) que nele estão.

CONCLUSÃO

A aplicação do método dialético foi válida ao processo de conhecimento da pequena produção agrícola do município de Santa Cruz do Sul, por permitir o alcance das relações de produção e re-produção das forças produtivas, em uma área caracterizada pela pequena unidade produtiva e ligada a culturas que servem como matéria-prima industrial. O método permitiu que a pequena unidade produtiva se revelasse como subsistema do modo de produção capitalista. O uso de outra metodologia, talvez não fosse tão eficaz para se alcançar os objetivos propostos.

O método dialético aplicado, forneceu a flexibilidade necessária para que os resultados obtidos, uma vez cruzados em sua análise, permitissem a discussão e, amparados no passado, demonstrassem a transformação espacial ocorrida. Isto significa dizer que o presente, é consequência de elementos relacionados anteriormente e, caso não sejam inter-relacionados, podem mascarar a realidade.

As entrevistas realizadas com os produtores agrí-

colas do Município, contribuíram para aproximar a análise da realidade empírica. As declarações e observações dos agricultores, revelaram que ocorreram transformações no espaço, permitindo que a indústria capitalista realizasse sua reprodução e acumulação ampliada.

A análise e discussão dos resultados possibilitou concluir, que foi a re-produção das relações de produção a causa das transformações que ocorreram no espaço. Esta re-produção acompanhou a reprodução ampliada do capital em um mesmo processo, concretizado quando o truste anglo-americano passou a disputar o mercado de mão-de-obra e de matérias-primas no município de Santa Cruz do Sul, a partir da década de 20. Na seqüência de sua atuação, o truste sufocou a indústria local de capital permanente aos empresários santacruzenses e passou a dominar o principal ramo industrial do Município.

A instalação da indústria fumageira, de origem estrangeira, permitiu que o agricultor continuasse trabalhando para si. Nesta autonomia aparente do trabalho do fumicultor, se exerce a práxis da re-produção das relações de produção, provocando transformações das relações entre agricultor e pequena produção de uso intensivo e, também, nas relações entre forças de produção agrícola e não-agrícolas.

Na prática, a autonomia aparente do trabalho pode ser detectada quando o agricultor produz em sua terra e utiliza como mão-de-obra a família. No entanto, ele não consegue acumular através de recursos próprios o suficiente para pagar os custos da produção, e manter a propriedade em condições para produzir e usufruir, com a família, um bom nível de vida. A indústria fumageira, subordinando o trabalho do agricultor ao capital, se instala e permite que o produtor rural continue sendo proprietário de sua unidade de produção agrícola, porém, força-o a recorrer ao capital financeiro dos bancos como via de acesso à modernização.

Ao adquirir insumos, o produtor tenta atingir os níveis de qualidade exigidos pelas forças produtivas industriais que se comprometem a comprar toda a produção,

mas não pagam preços compensadores. Desta forma, o produtor volta a recorrer ao financiamento bancário para produzir a próxima safra e reinicia, na práxis, o processo da re-produção das relações de produção em outro nível, não diretamente o das relações da unidade de produção agrícola com a unidade de produção industrial, mas introduzindo um novo elemento nestas relações — a unidade financeira. Esta, por sua vez, contribui para ampliar a produção capitalista na área.

A práxis, que possibilita a produção e a re-produção das relações de produção do subsistema fumageiro de Santa Cruz do Sul, pode ser observada através:

- da instalação da indústria capitalista no Município, na década de 60 que, interferindo no curso tradicional, modificou a evolução da atividade agrícola e, conseqüentemente, das estruturas econômica, social e política vigentes. O objetivo real era continuar subordinando a unidade de produção agrícola ao capital e, naquela época, induzir o agricultor a recorrer ao financiamento bancário para (ilusoriamente) modernizar sua propriedade e melhorar a qualidade da produção, aumentando seus ganhos e seu nível de vida;
- da utilização pela indústria fumageira de meios para o exercício da práxis do sistema de produção capitalista. Ela, além de facilitar o acesso à modernização, fornecendo os insumos ao produtor e utilizando do compromisso (já tradicional) de comprar toda a produção, estabeleceu vínculos comerciais com os produtores. Esta atitude, é uma tentativa de diminuição da concorrência entre as várias empresas fumageiras, que se definia pela capacidade das mesmas em atrair maior número de produtores para si;
- da concorrência entre empresas industriais. As mais afortunadas pelo capital e capacidade gerencial, trataram de ampliar seu domínio espacial, desenvolvendo o sistema de unidade de pro-

dução agrícola "modelo". As indústrias utilizaram alguns agricultores, privilegiando-os com "sistemas modernos", em detrimento do modo de produção tradicional, até então vigente. Desta forma, garantiram a conquista do espaço e desenvolveram por esta estratégia, a re-produção das relações entre as unidades de produção agrícola;

- da intensidade de trabalho, aplicado em propriedades de pequena dimensão. Na busca da qualidade do produto exigida pelas empresas industriais, o agricultor obteve, como resultado, uma pequena margem de lucro. Entretanto, manteve-se descapitalizado e subjugado às relações de comercialização e produção com a unidade de produção industrial. A grande maioria dos produtores percebe o jogo destas relações com a indústria, embora comercializando com uma ou outra empresa industrial, sua situação não se modificará. Eles poderão chegar a índices insuportáveis, que os obrigará a abandonar as atividades rurais e migrarem para a cidade ou para outras áreas;
- da impossibilidade de comprar mais terras. A cada ano, o agricultor necessita avançar sobre os espaços destinados ao reflorestamento, como substituto das áreas de solo em fase de esgotamento. Os produtores tentam encobrir esta realidade e declaram o reflorestamento em áreas maiores do que na verdade existe. A atitude natural dos agricultores é, não podendo reduzir mais o espaço destinado a cultura de subsistência, avançam sobre as áreas de mata. Carentes de assistência técnica, capital e espaço, os produtores plantam em solos de pouca fertilidade. Esta decisão resulta em decréscimo da produtividade, onde os ganhos não advindos do cultivo e nem da comercialização, deverão ser alcançados através da intensidade do trabalho familiar. Desta maneira, a viabilização da re-produção das relações de pro-

dução a nível de pequena produção, é possível através do uso intensivo de mão-de-obra familiar;

- da situação atual do pequeno produtor de Santa Cruz do Sul, que até pouco tempo, tentava difundir os métodos tradicionais na atividade agrícola entre os membros da família. Hoje descrê que o futuro possa ser melhor para seus descendentes. A exploração da indústria fumageira sobre o trabalho do agricultor, desanima-o de permanecer no campo. De um lado, ele possui uma pequena unidade agrícola de produção que precisa ser explorada ao máximo para garantir a sobrevivência da família, de outro, as indústrias, procurando manter os vínculos de subordinação da produção agrícola, exploram o trabalho desta, em favor da capitalização daquelas;
- do exercício da práxis da indústria fumageira de capital estrangeiro, instalada em Santa Cruz do Sul, que ceifou o desenvolvimento das relações impulsionado pelas forças produtivas criadas no Município. Este desenvolvimento poderia ter conduzido a atividade agrícola à uma produção diversificada de alimentos. No entanto, o agricultor encontra-se no círculo das relações de um processo que tem como elementos: o sistema financeiro bancário capitalista — unidade de produção — produção — indústria capitalista. Neste processo a indústria utiliza seu poder de decisão nos preços do produto, ocasionando insatisfação nos produtores rurais. A cada safra os agricultores contraem dívidas através do financiamento bancário, na busca da qualidade do produto para obter melhores preços. As empresas, julgando que a qualidade e a classificação do mesmo, ainda não atingiram níveis desejados no mercado externo, mantém os preços baixos em relação aos ganhos necessários para atenderem os compromissos financeiros assumidos. Deste modo,

a re-produção da produção e da força de trabalho determina, apenas, a sobrevivência familiar.

Esta conjuntura entrou em crise no final do ano de 1985, quando, frente a situação opressiva, os agricultores reagiram escolhendo a época das negociações para a definição do preço da safra de 86. Eles desejavam alterar a situação crítica. Assim, os acontecimentos verificados em janeiro de 1986, durante o desenvolvimento do trabalho, ocorreram da seguinte forma:

- segundo o jornal Gazeta do Sul, o ambiente da reunião para negociar os preços atingiu elevado clima de tensão emocional, como vem ocorrendo a cada ano. O reajuste definido para o preço da arroba de fumo foi de 240%, ficando abaixo da expectativa dos agricultores. Os industriais alegaram que este reajuste representava um grande esforço para o setor.

Entre os problemas que os fumicultores enfrentam, o presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA) citou o elevado custo da produção, ocasionado pelos preços dos insumos e pelas altas taxas de juros e correção monetária sobre os financiamentos agrícolas.

Estes problemas foram apontados pelos agricultores entrevistados, dois meses antes das declarações do presidente da AFUBRA. No entanto, no momento de negociar os preços, o estado emocional entre os agricultores era de tensão, pois algo precisava ser feito e com urgência.

O relator da comissão dos industriais, por sua vez, descreveu os problemas enfrentados pelas fumageiras: um deles, a reposição dos custos que, em 1985, tiveram expectativas frustradas; outro, foi a não recomposição do preço líquido do fabricante de cigarros, frente a política de preços que não acompanhou a inflação.

Não satisfeitos com o rumo das negociações, os agricultores se mobilizaram através de piquetes, evitando a entrega da produção nas indústrias. Enquanto isto, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul, fazia declarações a respeito dos piquetes,

dizendo serem estes, de iniciativa dos próprios produtores e que o Sindicato prestava total apoio à classe. Assim, ficou evidente que o presidente do Sindicato, tentou "escapar", de um comprometimento maior e mais direto com o movimento dos agricultores, ao alegar ser aquela uma situação emergencial enfrentada pelos produtores. Após ser concedido aumento de preço ao fumo (255%), o presidente do Sindicato declarava que o aumento adicional, teria sido concedido em vista dos prejuízos dos produtores com a forte estiagem que ocorrera na região de Santa Cruz do Sul. nesta contradição é evidente a tentativa das indústrias em manter, mesmo sob condições adversas, o sobrelucro no tabelamento dos preços da produção e garantir a capitalização para o setor industrial, a custa de sacrifícios e descapitalização do setor agrário.

Os agricultores concluíram que houve entre eles maior conscientização de classe. Em sua opinião, a indústria e o Governo tomam para si quase todo o rendimento do fumo e para os principais agentes desta relação resta a parte menor.

A união obtida entre os produtores durante o movimento reivindicatório, foi considerada como a principal vitória para o que se tornará uma "luta de classe".

Em março de 1986, as empresas deram início a uma estratégia de ajuste dos produtores, ao vínculo das relações do processo. Elas determinaram, que os agricultores não encontrarão comprador para seu produto, caso este não apresente boa qualidade, nem seja bem classificado. Argumentam que o fumo deve adequar-se às exigências do mercado externo.

Deste modo, as indústrias, tentando fazer com que o círculo das relações do processo de produção e de re-produção das relações de produção fumageira, na região de Santa Cruz do Sul, não seja rompido, chegarão até às últimas consequências.

O produtor deve optar entre cumprir as exigências, ou desistir de plantar o fumo. Isto é, manter o processo de re-produção ou, como força produtiva, rompendo o círculo em busca de novas relações de produção, organizando

o espaço em outro nível de relações.

A indústria, procura meios de manter o agricultor, no processo de produção e re-produção das relações produtivas, segundo a práxis das relações da produção do capital. O elemento unidade produtiva agrícola deverá permanecer viabilizando a unidade produtiva industrial e o sistema financeiro bancário. Portanto, impõe-se a subordinação das relações de trabalho ao capital.

Enquanto nada muda para estes agricultores, deserdados do espaço, do mercado e da pátria, fica a questão: — o que sobra para eles dentro deste contexto?

Aprofundar o conhecimento das verdadeiras relações de produção que ocorrem no Estado do Rio Grande do Sul, pode ser o caminho para a compreensão do ser de nossa organização espacial.

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. 3. ed. Editorial Presença, 1980.
- FLEURY, M.L. Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo, Global, 1983.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. A agricultura no Rio Grande do Sul. 25 anos de economia gaúcha. Porto Alegre, FEE, 1978. 3v.
- JORNAL GAZETA DO SUL. Santa Cruz do Sul, 1985-1986.
- KOVALHOV, S.M. Materialismo dialético histórico. Amadora, Novo Curso Editores, 1980.
- LEFEBVRE, H. A re-produção das relações de produção. Porto, Publicações Escorpião, 1973.
- LINHARES, M.Y. & SILVA, F.C.T. Histórico da agricultura brasileira - combates e controvérsias. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- MARTINS, J.S. Os camponeses e a política no Brasil. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1983.
- PRADO Jr., C. História econômica do Brasil. 14. ed. São Paulo, Brasiliense, 1981.